

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS E SUA PLENA APLICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kaike da Silva Mendes¹
Eduarda Ventura Fernandes²
Gustavo Felício Neves³
Lívia Estéfane Correia Neves⁴
Ledson Souza Ventura Pereira⁵
Fernanda Franklin Seixas Arakaki⁶
Giovanna Toledo Santos⁷

fernandafranklinseixas@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas

PALAVRAS-CHAVE: direitos e deveres; educação de qualidade; coletivo e individual.

1 INTRODUÇÃO

Tratou-se a presente pesquisa de um relato de experiência produzido como resultado final da Atividade Curricular de Extensão - ACE do terceiro período do curso de Direito do Centro Universitário UNIVÉRTIX. O trabalho buscou analisar e debater juntamente com os profissionais da educação de uma escola localizada na Zona da Mata Mineira sobre direitos e deveres constitucionais relacionados à educação de qualidade e sua importância para o desenvolvimento social, humano e cidadão. Observa-se no Brasil contemporâneo uma grande falta de informação sobre direitos individuais e coletivos na aplicação para uma educação de qualidade. A qualidade educacional é um conceito polissêmico e multifatorial, que deve levar em conta as dimensões extracurriculares que permeiam o tema na prática, especialmente por tratar-se de um tema constitucional tão sensível e fundamental esclarecendo pontos importantes a cidadania, como o direito à educação, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gestão democrática do ensino público, bem como racismo, liberdade de expressão, direito à liberdade e a segurança. Essas disposições legais são essenciais para garantir uma educação de qualidade e acessível a todos, destacando a importância do

¹Estudante da Graduação de Direito, 3º período do Centro Universitário Vértice-Univértix, Matipó

²Estudante da Graduação de Direito, 3º período do Centro Universitário Vértice-Univértix, Matipó

³Estudante da Graduação de Direito, 3º período do Centro Universitário Vértice-Univértix, Matipó

⁴Estudante da Graduação de Direito, 3º período do Centro Universitário Vértice-Univértix, Matipó

⁵Estudante da Graduação de Direito, 3º período do Centro Universitário Vértice-Univértix, Matipó

⁶Doutora, Mestre, especialista e Graduada em Direito, Professora no Centro Universitário Vértice-Univértix, Matipó.

⁷ Especialista e Graduada em Direito, Professora no Centro Universitário Vértice-Univértix, Matipó

entendimento e aplicação prática das normas constitucionais no ambiente educacional.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho tratou-se de um relato de experiência, com abordagens descritivas e qualitativas. O relato de experiência são descrições de um fato específico que apresentam a experiência pessoal ou de um grupo em relação a uma situação particular (Casarin; Porto 2021). O estudo descritivo busca descrever características de certo objeto estudado (Manzato; Santos, 2012). Segundo Gil (2021), a abordagem qualitativa é um modo de interpretar o ambiente e entender o fenômeno explorado em seu modo natural. O estudo foi realizado em uma escola situada na Zona da Mata Mineira. O projeto foi desenvolvido entre os meses de fevereiro a junho do ano de 2024 como parte da disciplina Atividade Curricular de Extensão. A Atividade Curricular de Extensão refere-se a projetos que visam integrar a universidade com a comunidade externa, permitindo que os estudantes apliquem conhecimentos teóricos em situações práticas e contribuam para o desenvolvimento social (CASARIN; PORTO, 2021). Para tanto, o trabalho desenvolveu-se em diversas etapas, que foram desde visitas à comunidade envolvida para definir o tema central da troca de conhecimento; estudo e análise do tema por meio de seminários em sala de aula; desenvolvimento dos jogos para trabalhar com a comunidade; apresentação, debate e análise do tema proposto e aplicação do jogo para os profissionais da educação presentes naquela instituição. O jogo e a palestra contaram com a participação dos presentes para analisar seus conhecimentos sobre bases constitucionais voltadas à área educacional, tais como o direito à educação, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gestão democrática do ensino público.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados extraídos do trabalho apresentado, foram em sua grande maioria, proveitosos, tendo o objetivo alcançado. Ressalta-se que o professor é a principal linha de transmissão em uma escola, os docentes demonstraram maior interesse em conhecer seus direitos individuais. Ao chegarem na escola, deparou-se com uma realidade de bastante carência acerca do conhecimento de direitos e deveres individuais e coletivos por parte dos docentes da instituição e também sobre a parte dos discentes ao que eles deverão repassar, explanou-se temas importantes da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) tais como como o direito à educação, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gestão democrática do ensino público, bem como racismo, liberdade de expressão, direito à liberdade e a segurança. Não obstante, também foi aplicado um jogo didático interativo formulado sobre o tema em uma plataforma online, momento no qual pode-se perceber que muitos docentes aproveitaram a oportunidade para adquirir ou atualizar algumas informações sobre direitos e deveres que podem afetar diretamente a sua prática profissional. Percebe-se como é importante oferecer essa oportunidade de conhecimento aos profissionais, como cita Fisberg e Azevedo (2020), a educação em direitos pode e deve ser utilizada como uma ferramenta para vencer o grande desconhecimento. Identifica-se que docentes bem-informados e com boa base sólida podem transmitir de maneira ainda mais clara e objetiva aos

alunos informações acerca de direitos e deveres, promovendo um ambiente escolar mais justo e capacitado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de ACE realizado na escola da Zona da Mata Mineira proporcionou uma valiosa oportunidade de interação entre os acadêmicos de direito e os profissionais da educação, contribuindo para a disseminação e o aprofundamento de conhecimentos constitucionais. A utilização de métodos interativos como o jogo online e a palestra, mostrou-se eficaz para engajar os participantes e promover um ambiente de aprendizado dinâmico e colaborativo. O projeto enriqueceu o conhecimento dos docentes e fortaleceu a base para um ensino consciente e informado, que pode refletir diretamente na qualidade da educação. Para ampliar mais os resultados, poderá incluir sessões de acompanhamento de forma remota, onde fossem passados acontecimentos de outras escolas no qual houvesse dúvida para resolver situações de conflitos, oferecer workshops adicionais focados em temas específicos de direitos e deveres. Além disso, projetos como esse, que envolvem os graduandos e a comunidade voltada à educação promovem não apenas a melhoria da qualidade do conhecimento jurídico, mas também a promoção de uma cultura de respeito aos direitos e deveres, fortalecendo o compromisso com a gestão democrática do ensino e a igualdade de acesso à educação, conforme preconizado pela Constituição.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. R.; FISBERG, Y. O direito ao conhecimento dos direitos: promoção da cidadania e aumento da qualidade da democracia. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, São Paulo, v. 18, p. 90 - 106, 2020. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/422/340340452. Acesso em: 11 jun. 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jun. 2024

CASARIN, S.T.; PORTO, A.R. Relato de Experiência e Estudo de Caso: algumas considerações. **Journal of nursing and health**. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/21998/13686>. Acesso em: 11 jun. 2024

CASARIN, F.; PORTO, J. **Relatos de experiência: definições e aplicações**. 2021.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. DE. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 201–215, maio 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?lang>. Acesso em: 15 junho. 2024

GIL, A. C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE, UNESP. São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

MORAES, G. P. **Curso de Direito Constitucional**. Tamboré Barueri – SP: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559772827. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772827/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SALEME, E. R. **Direito constitucional**. Santana de Parnaíba – SP: Editora Manole, 2022. E-book. ISBN 9786555766370. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555766370/>. Acesso em: 13 jun. 2024.